

CDU 323.23:711.522(813.41)

AS ORGANIZAÇÕES POPULARES DO RECIFE: TRAJETÓRIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA (1955-1964)*



Maria do Céu César
Pesquisadora do Depto. de Sociologia da
Fundação Joaquim Nabuco

ORIGENS E ANTECEDENTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Ainda persistem controvérsias sobre a origem das associações de moradores e organizações similares.

Há quem afirme ter sido iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) mas há também quem assegure ter sido iniciativa do Prefeito Pelópidas Silveira.

O fato é que em 1931 há registro em cartório da Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (Afogados), cujo objetivo era “Congregar debaixo de uma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade, credo político ou religioso todos os proprietários pobres da vila São Miguel” sendo sócios da Liga todos aqueles que possuírem mocambos, casa ou qualquer imóvel sobre os terrenos aforados à mesma Liga”.

Vale lembrar que no período 1920-1940 o Recife registrava um crescimento populacional da ordem de 46%, o que vem acirrar as contradições urbanas, já que esse crescimento não teve a correspondente oferta de bens de consumo coletivo. Ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro, o crescimento do Recife nessa época não foi resultante direta da expansão da economia urbana, haja vista que esse fenômeno foi causado por fatores externos à cidade, tal como o êxodo rural e ainda o proveniente de pequenas cidades. Desse modo, o Recife recebeu um contingente populacional maior do que o seu mercado de trabalho poderia absorver. Assim, em 1939, pelo menos um sexto da população recifense era constituída de desempregados disfarçados ou não.¹ A cidade contava, então, com quarenta e cinco mil mocambos e o governo estadual resolve intervir criando o “Serviço Social Contra o Mocambo”, com o objetivo de erradicá-los e transferir seus moradores para outras áreas. Daniel Uchôa C. Bezerra chama atenção para o fato de que “(. . .) a própria expressão Contra o Mocambo refletiu, ainda, a ira e o desprezo que a classe privilegiada tinha pelo fenômeno no seu aspecto físico”.²

O Estado está politizando o espaço urbano, na medida em que intervém nos padrões de uso do solo e das áreas a serem urbanizadas. Dessa politização participaram também as organizações populares como as associações de bairro e ligas de moradores que foram sendo criadas para garantir a ocupação de alagados e morros e reivindicar serviços de infra-estrutura e equipamentos coletivos

* O presente texto é parte de uma pesquisa maior em andamento, sobre os Movimentos Sociais Urbanos e sua relação com o Estado no período de 1955-1985

(água, luz, esgoto, transporte etc.). As classes populares urbanas passam a requerer espaços de participação política.

Assim é que, em 1947, portanto logo após a redemocratização, surgem os “comitês Populares e Democráticos de Bairro” por iniciativa do PCB. No ano seguinte surge a Sociedade Mixta Largo do Viveiro de Afogados, objetivando “Assegurar aos seus associados a posse dos terrenos ocupados pelos referidos associados. Batalhar pelos interesses gerais do viveiro grande de Afogados, com assistência aos seus moradores e melhoramentos para a localidade”. Surge também a Sociedade Beneficente Mixta 30 de Setembro, na Mustardinha, com o fim de trabalhar “pelo progresso dessa zona, como seja: criando escolas, postos médicos e intercedendo junto aos poderes competentes para que a mesma zona desfrute de condições higiênicas indispensáveis aos seus habitantes, dentro de ambiente de relativo conforto”. No mesmo período é fundada a Sociedade dos Proprietários do Largo dos Pescadores da Estrada dos Remédios, visando ainda a defesa da posse da terra, de propriedade da União.

Entretanto, antecedendo ao surgimento dessas sociedades de defesa, aparece em 1946 outro tipo de organização como a Sociedade Beneficente Mixta Operários Unidos, onde o critério para se associar era “bom comportamento e boa conduta moral, não sofrendo de nenhuma moléstia contagiosa”, tendo como patrono Nossa Senhora dos Prazeres. Organização semelhante surge em 1954 com o Círculo Operário da Mangabeira, cujo critério para a admissão de associados era que o proponente tivesse mais de quatorze anos, respeitasse “a religião e os princípios cristãos que regem a família”, aceitasse sujeitar-se à sindicância prévia. O objetivo geral desta entidade era “Concorrer para o restabelecimento das relações harmônicas entre os trabalhadores e os patrões”, considerando também que a referida sociedade deveria conservar-se “sempre fora da política partidária e facciosa”.

Esses exemplos são só para realçar os tipos de organização presentes nos bairros e para reforçar o fato de algumas delas, como é o caso da de São Miguel, da do Largo do Viveiro e da de Santo Amaro, poderem ser consideradas precursoras das associações de bairro, que naquele momento já apresentavam reivindicações urbanas e para salientar também que a existência de diversos tipos de associações propiciou uma certa tradição associativa nos bairros populares. Mas é a partir de 1955 que surgem as associações de bairro de uma forma menos atomizada. Para isso contribuiu de modo decisivo a eleição de Pelópidas Silveira, primeiro prefeito eleito do Recife após um período de sessenta anos. Para esta eleição se formou uma coligação envolvendo o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) — embora este último estivesse, formalmente, na ilegalidade — além de contar com o apoio de vários membros da União Democrática Nacional (UDN). Esta coligação, com algumas mudanças a cada pleito, ficou conhecida como Frente do Recife. Pelópidas conseguiu o dobro da votação dos seus três concorrentes: Antônio Pereira, Alcides Teixeira e Paulo Germano. Apesar disso não conseguiu eleger seu vice, Sócrates Times de Carvalho.

Já durante a campanha um dos pontos centrais da plataforma política de Pelópidas Silveira era a questão da participação popular através, especial-

mênte, das associações de bairro. Daí ele considerar-se o criador desse tipo de organização. Inclusive várias dessas entidades foram criadas no decorrer da campanha.

Apesar de Paulo Cavalcanti afirmar que "(...) a idéia surgiu (...) dos grupos comunistas", ele reconhece que a iniciativa partiu de Pelópidas que, em uma viagem a São Paulo, ficou entusiasmado com as Sociedades Amigos de Bairro (SABS) e, de volta, "aceitou, sugeriu e aceitou a nossa participação no sentido de fazer com que essas associações de moradores dessem respaldo ao governo dele". (...) nós não tínhamos muita noção, não tínhamos assim muita consciência da força que essas associações podiam acrescentar num governo popular. Elas começaram a ganhar consistência a partir do momento em que se elegeu no Recife um governo popular (...). Nós havíamos vencido as eleições para prefeito e não tínhamos maioria na Câmara Municipal (...). Então nós, a Frente do Recife, ficamos na contingência de buscar apoio do povo para pressionar a Câmara no sentido de votar as propostas e as mensagens de Pelópidas". O desejo era "fazer com que a Câmara aprovasse as mensagens de Pelópidas de cunho popular (...). Então as associações funcionavam como vetores de pressão" (grifos nossos).³

Entretanto, como já foi visto, as associações de bairro foram pensadas e algumas criadas já durante a campanha. É plausível que elas não fizessem parte de uma estratégia mais geral de organização das classes populares em seu sentido amplo. Havia a preocupação com a participação popular, mas a ênfase era dada às reivindicações de cada localidade. Para o então prefeito do Recife essas associações não deviam discutir temas políticos e o seu papel seria colaborar com os poderes públicos: "(...) o que eu estimei aqui foram associações para tratar exclusivamente de problemas administrativos, problemas de interesse do bairro".

É incontestável que as associações de bairro não surgiram espontaneamente. Está patente a ação de Pelópidas Silveira e da Frente do Recife, em especial do PC. A própria prefeitura do Recife se encarregou de fornecer um modelo de estatuto e era grande estimuladora do movimento. Apesar disso a Prefeitura nunca arrogou a si a tarefa de indicar diretorias, que eram eleitas pelos moradores.

ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO: ORGANIZAÇÃO, REIVINDICAÇÕES E RELAÇÃO COM A PREFEITURA

As organizações de bairro que adotaram a denominação de associações de bairro ou associações de amigos de bairro não tinham um único modelo de estatuto, embora possuísem vários pontos em comum, como o fato de não estabelecerem "distinção de cor, credo político, religioso ou filosófico". Em geral o mandato de cada diretoria era de dois anos e as eleições eram efetuadas em assembleias gerais. O objetivo geral era "promover o bem-estar da comunidade e lutar por melhorias do bairro". Algumas delas, como é o caso da Associação dos Ami-

gos do Sítio Berardo, iam além, e, entre seus objetivos, estava a “promoção da classe proletária”. A Associação de Bairro Defensora dos Moradores do Alto do Mandu, já em seus estatutos, deixava clara não só a forma de organização, mas a orientação que deveria ser seguida: “Educar seus membros dentro dos princípios democráticos e nacionalistas, da independência econômica do país e nas reformas estruturais necessárias ao seu desenvolvimento social”.

A maioria das associações não chegou a ser registrada em cartório, mas existia de fato e, dentre essas, encontramos algumas muito atuantes como a do Alto Santa Isabel. Ocorre que o registro era dispendioso, além de não ser pré-requisito para o seu reconhecimento e aceitação entre os moradores. Também a Prefeitura não exigia o registro para considerá-la como porta-voz da população. Era levada em consideração a atuação e não a questão formal.

Havia algumas associações cujas diretorias realizavam visitas semanais aos vários pontos dos respectivos bairros para debater os problemas locais.

As reivindicações principais diziam respeito à questão da terra, especialmente no bairro de Casa Amarela, onde grande parte dos moradores era obrigada a pagar foro, calçamento, iluminação pública, aterros de **alagados**, escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios. A questão da precariedade dos transportes coletivos aparecia entre as reivindicações mais comuns das diversas associações. Em que pese ao problema ter sido amenizado como introdução dos ônibus elétricos na gestão Pelópidas Silveira, persistia a necessidade de novas linhas, de um maior número de ônibus e um menor aumento nas tarifas.

A forma de mobilização posta em prática para conseguir o atendimento dessas demandas eram abaixo-assinados, reuniões com secretários e Prefeito, e atos públicos. As dificuldades de encaminhá-los foram amenizadas quando a Prefeitura pôs em prática as “audiências populares” nos bairros, substituindo as audiências realizadas, simultaneamente, na Prefeitura. Com isso o movimento pode ter perdido em articulação mas, por outro lado, propiciou um conhecimento mais aprofundado dos problemas.

As audiências populares promovidas pela Prefeitura do Recife possibilitaram, aos moradores de diversos bairros, uma maior conscientização dos problemas que eram comuns a quase todos eles. Inicialmente eram numerosos os pedidos de natureza individual: de emprego, de remédios etc, mas, no transcorrer do processo, essas reivindicações passaram a segundo plano, destacando-se mais as exigências de galerias pluviais, calçamento, aterros e iluminação pública. Aos poucos as reivindicações coletivas foram se sobrepondo àquelas de caráter pessoal, embora não as tenha eliminado.

Com alguma antecedência a Prefeitura comunicava a realização da audiência para possibilitar a convocação dos moradores e a discussão das reivindicações. Como não era possível atender a todas as necessidades de todos os bairros, era pedido aos moradores que fizessem uma escala de prioridades.

Ainda na administração Pelópidas Silveira foi introduzido o regime de mutirão para realização de obras de interesse coletivo em bairros populares. Durante a gestão de Miguel Arraes esse projeto tem continuidade mas um projeto semelhante é introduzido nos bairros habitados por segmentos privilegiados da população. Desse modo a urbanização de Boa Viagem foi realizada com a Prefeitura bancando um terço dos recursos e os moradores os dois terços restantes.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na administração Arraes, teve uma atuação marcante nos bairros e, em vários deles, exercia ação conjunta. Várias escolas do MCP funcionavam nas sedes de associações e foi dado todo apoio a esses movimentos. Algumas organizações de bairro, como é o caso da **Sociedade dos Amigos de Santo Amaro**, estabeleciam em seus estatutos que “No caso da extinção o patrimônio móvel e imóvel e o fundo monetário, será incorporado ao patrimônio do Movimento de Cultura Popular”.

Além das reivindicações por terra e bens de consumo coletivo, havia atividades educativas e culturais nas associações bem como atos de apoio às greves de trabalhadores, às reformas de base e a Miguel Arraes.

O relacionamento entre o movimento de bairro e os prefeitos da Frente do Recife (Pelópidas, Arraes e novamente Pelópidas) foi estreito e possibilitou, em certa medida, a participação das classes, populares. Eram prefeitos que, por força de seus projetos políticos e por suas bases de sustentação, deram prioridade à questão social, especialmente à população mais pobre. Um exemplo foi a instalação de dezenas de chafarizes nos bairros, o que gerou a reação de Cid Sampaio que, ao invés dos chafarizes, queria estações de tratamento d’água e rede distribuidora. Essa solução implicava em uma injeção de recursos muito alta, ao passo que os chafarizes demandavam “um custo relativamente baixo de recursos e produzia bem poucas mercadorias, em termos de um processo econômico e não implicava na exploração do povo (. . .)”. ⁴

Mas é preciso deixar claro que o atendimento de reivindicações como chafarizes, escadarias e escolas se era, e é, importante para a imediata melhoria das condições de vida, não é tudo. É preciso que as organizações populares realizem o “encadeamento de contradições em profundidade”, ⁵ que tentem situá-la no contexto mais geral e, segundo Miguel Arraes, isso era ao menos tentado. Não se pretendia dar “(. . .) ao povo a impressão de que os seus problemas estão sendo resolvidos com uma escola ou chafariz, que isso não vale absolutamente nada, que o que vale é lutar para resolver os problemas nacionais, sem os quais teremos sempre uma periferia cada vez maior, meninos sem escolas, povo sem saúde.

O problema não é o problema do Recife, é o problema do Brasil”. ⁶

O PCB E AS ASSOCIAÇÕES

Apesar de a Folha Feminina — coluna do Jornal *Folha do Povo*, portavoz do PCB — afirmar que as associações de bairro (. . .) vêm surgindo, qual cogumelos, espontaneamente (. . .)”, ⁷ a mesma coluna, na semana seguinte, reconhece a necessidade do estímulo para a criação dessas organizações. Consta que são os próprios moradores que melhor conhecem os problemas dos locais onde vivem mas “o que me falta muitas vezes é o espírito de iniciativa e, aí é que democratas que vêm se colocando na vanguarda das lutas em defesa do nosso povo devem tomar a iniciativa, orientar o povo no sentido de facilitar-lhe os primeiros passos para a fundação de uma associação”. ⁸

De início, a visão que tinha o Partido sobre as associações não diferia daquela defendida pelo Prefeito Pelópidas Silveira ou seja “ajudar os poderes públicos na indicação de seus problemas mais urgentes”.⁹ Em 1963 já se notam mudanças tanto no nível prático quanto no do discurso. As associações, em notas de J. B. Silva, são consideradas então “(. . .) o traço de união entre o povo e os governantes, funcionando ao lado dos sindicatos e outros organismos de classe, como elementos de controle da administração pública e de expressão das forças populares que marcham para ocupar, de direito e de fato, o seu lugar na direção do Estado.”¹⁰ As associações passam a discutir temas políticos da atualidade.

Uma outra questão muito frisada pelo PC era sobre o caráter apartidário dessas organizações. Além disso chamava atenção para a questão de que “(. . .) estas associações de bairro não podem ser transformadas em núcleos eleitorais”.¹¹

No entanto, no mês de março de 1959 são criadas seis associações e, nos atos de inauguração, são lançadas as candidaturas Arraes à Prefeitura do Recife e Eduardo Lima à Câmara dos Vereadores. Alguns depoimentos de militantes do Partido deixam clara a utilização dessas entidades durante a campanha eleitoral de candidatos considerados populares. Diversos comícios foram promovidos pela Federação das Associações de Bairro, como veremos adiante. A explicação/justificativa dada por Paulo Cavalcanti para o engajamento das associações na campanha de Arraes é que “os outros candidatos que se opunham a Arraes no pleito municipal hostilizavam as associações. Então as associações pretendiam que ficasse à frente do Recife um governo ou um prefeito que fosse simpático às suas teses . . ., o garantidor, o fiador de sua existência”.

Inclusive o comício de lançamento da candidatura Arraes ao governo estadual foi convocado por “dezenas de associações de bairro”.¹²

Um outro ponto defendido era de que as associações deviam ser abertas à participação de toda e qualquer pessoa, independente de religião ou posição política, e, nesse caso, eram envidados esforços objetivando a participação do maior número possível de moradores. Uma das dificuldades era fazer com que as diretorias fossem igualmente amplas, pois, segundo Paulo Cavalcanti “(. . .) a coisa era tida como comunista já naquele tempo, então quem dela se acercasse era suspeito de ser comunista. Então só o sujeito que era ou gostava de passar de ser era que se aproximava disso (. . .)”. Dessa forma as diretorias, em sua maioria, eram formadas “dentro de um terreno muito estreito ideologicamente, de comunista ou assemelhado (. . .)”. Entretanto, nem todos os dirigentes eram comunistas, nem mesmo a maioria desses dirigentes. Mas, pelas peculiaridades da militância e pela articulação com outros movimentos, eles se destacavam mais e tinham maiores condições de influir nos rumos do movimento de bairro. Tanto é assim que no processo de formação da Federação das Associações de Bairro a sua orientação, no geral, é a que prevalece.

Há que considerar ainda o fato de que o PC era um partido com alguma penetração em áreas populares e, bem ou mal, realizava um trabalho nos bairros. O fato de estar presente e ser organizado facilitava-lhe a liderança em várias associações. Isso não quer dizer, obviamente, que nelas só participassem comunistas ou simpatizantes. Pode-se afirmar a hegemonia do PC nesse movimento --

a partir do fato de que era a sua orientação que predominava, principalmente após a criação da Federação das Associações — e não no número de participantes, que, em sua maioria, não possuía envolvimento político partidário. Por conseguinte, a hegemonia era de caráter ideológico.

Mas, além do PC, outros grupos tentavam influir nas associações. O Partido Socialista Brasileiro — P. S. B. — estimulou o surgimento de algumas dessas associações mas, como era um partido muito pequeno e com a militância em outros moldes, não logrou a mesma influência. Em todo e qualquer movimento as várias facções políticas tentam fazer com que a sua linha política, a sua orientação, prevaleça. A luta pela hegemonia sempre está presente e o movimento de bairro não se constitui em uma exceção.

Participavam também líderes locais sem definição política e alguns religiosos. Um deles, o Sr. Souza Melo, convidou a população para participar argumentando “que não se deveria dar somente aos comunistas a honra de debater os problemas e ajudar a solucioná-los”. 13

REAÇÕES

Desde a campanha de Pelópidas Silveira, à Prefeitura do Recife, com sua ênfase nas associações de moradores e o papel que estas deveriam desempenhar, e com o surgimento de algumas delas, as reações se fizeram sentir.

As reações mais enérgicas, contudentes mesmo, partiram da Câmara de Vereadores e da Secretaria de Segurança Pública (governo Cordeiro de Farias). A principal argumentação era a de que se tratava de “células comunistas”.

Antes mesmo de ser empossado, o Prefeito já tinha oposição de dezessete vereadores do Recife os quais conseguiram a adesão, logo depois, de mais quatro, e redigiram um manifesto contra a criação das associações. O temor era de que “sendo as associações um ponto de contato entre o prefeito e as populações suburbanas por onde correrão as reivindicações do povo, ficarão anuladas, praticamente, as funções da Câmara que se encarregará apenas de redigir as leis”. 14

Na verdade o que estava por trás da resistência dos vereadores era a defesa do clientelismo. O temor maior era com a possibilidade de deixarem de ser intermediários entre a população e o executivo municipal, bem como o surgimento de outras lideranças em suas respectivas áreas de atuação, com outra orientação, o que a médio prazo poderia significar a perda de influência sobre as suas “bases”. Como afirma Paulo Cavalcanti “Eles [os vereadores] queriam aparecer como patrocinadores daquelas coisas [calçamento, escolas, luz, etc.] (. . .) eles chiaram muito porque eles não admitiam que a Prefeitura tivesse contato com suas bases eleitorais (. . .) o que eles a rigor não queriam era ver o povo organizado”.

Para se ter uma idéia do caráter fisiológico da oposição dos vereadores na Câmara, basta citar o documento por eles lançado, onde propõem que seja limitado a cinco o número de associações por bairro, sendo que os presidentes deveriam ser os vereadores da localidade. 15 O prefeito do Recife recusou a proposta, mantendo-se firme na defesa das associações como entidades de reivindicação de interesses legítimos da população: “Eu me opus tenazmente a isso e considerei

que as associações tinham que surgir do povo” (Pelópidas Silveira). Naquele momento se travava uma luta política: de um lado a Prefeitura (Frente do Recife), e do outro, aqueles vereadores vinculados a outras forças políticas. Então, a defesa das associações era a defesa da política da Frente, já que seu fortalecimento requeria o apoio popular e de certo modo a participação popular, pois elas dariam respaldo às forças políticas que naquele momento estavam no aparelho de Estado. Se Pelópidas houvesse cedido às pressões dos vereadores, estaria de certo modo fortalecendo a linha política dos seus adversários.

Alguns daqueles vereadores da época, que faziam oposição cerrada a Pelópidas e que continuam ainda hoje na Câmara, como Rubem Gamboa e Aristófanos de Andrade, além da costumeira alegação de serem as associações dominadas pelo PC, afirmam que Pelópidas era muito intransigente, só atendia às reivindicações das associações em detrimento das reivindicações dos vereadores. De fato, todos os depoimentos são unânimes em afirmar a intransigência do então prefeito do Recife, mas essa intransigência advinha do fato de Pelópidas Silveira não admitir barganha, de não oferecer favores em troca de apoio. Daí ter administrado a cidade até o fim do mandato com uma base de apoio muito restrita na Câmara.

A Câmara, segundo o depoimento do então vereador Antônio Bezerra Baltar, “tinha má fama”, a tal ponto que se afirmava na cidade que “as mulheres que viviam nesse bairro tinham vergonha da nossa vizinhança”. 16 A maioria dos edis estava habituada, a “negociatas”.

A aprovação dos projetos enviados pela Prefeitura exigia um trabalho “tremendo”. Como exemplo da estratégia, seguida pelos poucos vereadores que davam apoio ao Prefeito, temos a atuação de Baltar no combate a projetos que contrariavam os interesses da maioria da população: um dos vereadores apresentou “um projeto suprimindo durante um ano os efeitos do código de obras, que era prá largar aí todo mundo, construindo o que quisesse (. . .)”. Baltar afirmou que havia interesses escusos por trás do Projeto e, no dia seguinte, apresentou “dez casos de processos que estão na Prefeitura e que não foram atendidos e que não seriam atendidos de acordo com a lei, passariam a ser atendidos com a suspensão da vigência da lei”. Mas, a estratégia fundamental era a pressão popular sobre os vereadores, que se dava fundamentalmente através das associações de bairro e nas visitas de Pelópidas com seu secretariado às áreas.

A substituição das assembléias populares que se realizavam no gabinete do Prefeito pela ida às áreas (audiências populares) pode ter sido uma estratégia da Prefeitura tendo em vista os problemas enfrentados com a Câmara, pois, a partir do momento em que elas têm início, é dada uma orientação às associações de bairro no sentido de convidarem o vereador da área para se fazer presente nessas reuniões, independentemente da sua posição política. Com isso objetivava-se quebrar a resistência desses vereadores, como também que eles se sentissem pressionados/comprometidos com as reivindicações da população que os elegeu. Nessas audiências o Prefeito estava disposto, inclusive, a denunciar as dificuldades criadas a sua administração”. 17

Mas a crise entre Pelópidas e Câmara se acirra com a ida do Prefeito a São Paulo, quando, então, assume a Prefeitura o Sr. Vieira de Menezes, que passa

a apoiar ostensivamente os vereadores, lançando notas na imprensa de ataques às associações, solicitando uma “devassa” nas suas atividades. Vieira de Menezes recebe a solidariedade da seção regional do PTB. Entretanto, a bancada deste partido na Câmara (Wilson de Barros Leal, José Guimarães Sobrinho, Miguel Batista e José Heleno Seixas), após reunião, distribui nota à imprensa onde reafirmam que não fazem nenhuma restrição às Associações nem as consideram focos subversivos e sim, órgãos legítimos de reivindicações populares, um meio democrático de participação. Coloca-se, pois, a bancada do PTB, contra as tentativas de afastamento de Pelópidas da Silveira da Prefeitura. 18

Para se sentir o clima, e o nível das reações, ilustraremos com um fato: Em uma discussão sobre as associações, na Assembléia Legislativa, o vice-prefeito respondeu afirmativamente à pergunta do Padre Simões sobre o caráter comunista dessas entidades: “O Sr. Miguel Arraes contestou e adiantou que se Vieira de Menezes freqüentasse as reuniões mudaria de opinião, ao que Vieira reage levando as mãos ao peito e exclamando: “Deus me livre! Vade retro, satan!” 19

A Secretaria de Segurança Pública – S.S.P. no governo Cordeiro de Farias também reage às associações fazendo intimidações a líderes do movimento e apreendendo material supostamente subversivo. E atendendo requerimento de Vieira de Menezes, envia à Assembléia um “vasto documento sobre as atividades das associações de bairro e de outras entidades de fins subversivos”. A ação da S.S.P. sofre mudanças com a eleição de governadores ligados à Frente do Recife.

Em 1959, com a eleição de Miguel Arraes para a Prefeitura do Recife, a oposição dos vereadores é arrefecida já que, segundo depoimentos de vereadores da época, o Sr. Arraes, mais flexível, atendia às reivindicações das associações e também aos dos vereadores. O então Secretário de Administração, Paulo Cavalcanti, afirma que “Arraes transigia mais do que Pelópidas, e visando a outros postos, na sua carreira política, talvez precisasse fazê-lo.” 20 Esse fato se reflete na ampla maioria que lhe dava apoio na Câmara Municipal. Na segunda vez que é eleito prefeito do Recife, em 1963, Pelópidas Silveira consegue o “apoio administrativo” de vinte vereadores. Mas há que lembrar que Miguel Arraes ocupava então o cargo de governador do Estado, a situação era outra. Apesar desse “apoio”, no episódio da cassação do prefeito, este obteve apenas o apoio de Jarbas de Holanda.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO: ORGANIZAÇÃO, ATUAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O ESTADO

A Federação das Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco – FABEP – foi criada em 15 de julho de 1963. Contudo, desde o primeiro semestre do ano anterior já estavam sendo travadas discussões visando a sua fundação. Naquele momento já existiam algumas dezenas de associações ativas e já com alguma articulação, tanto entre si, como com outras entidades tais como o CONSINTRA (Conselho Sindical). Portanto a criação de uma Federação já se fazia necessária para o desenvolvimento das próprias associações enquanto movimen-

to. A própria criação da FABEP ficou estabelecida em assembléia conjunta do CONSINTRA, Conselho de Administração das Ligas Camponesas, União dos Estudantes de Pernambuco — UEP Federação dos Servidores Públicos e . . . associações de bairro. ²¹ Como se vê, a articulação era um pouco exagerada, ou mal entendida. É imprescindível a existência de intercâmbio e ação conjunta das diversas lutas, mas, pensamos que as resoluções sobre o momento apropriado de criação de uma Federação de associações só poderiam ser tomadas pelas entidades que participavam daquele tipo de movimento, que conhecessem o seu dia-dia, os seus limites e possibilidades.

Houve posteriormente reuniões com a presença de várias diretorias de associações para que fossem discutidos os termos de fundação da entidade. Segundo os estatutos da FABEP, aprovados em assembléia pelas entidades a ela filiadas, os seus objetivos são:

- Criar, instalar ou defender (. . .) associações reivindicativas de legítimos interesses coletivos e nacionalistas.

- Organizar e instalar a Associação de Foreiros do Recife.

- Defender intransigentemente, perante os poderes constituídos, todas as associações reivindicativas, em questões atinentes à defesa da democracia e dos princípios nacionalistas, à formação de uma frente nacional pró-desenvolvimento e independência econômica do país, à reforma, quando se fizer necessária, da Constituição Brasileira e ao interesse particular de cada uma das ditas associações, em face dos que se tornem seus opositores no campo das reivindicações populares.

- Reunir assembléia das associações integrantes desta Federação para debater problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, planejamento urbanístico, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa da fauna e das reservas florestais e minerais, defesa da indústria nacional, habitação, transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico-profissional”.

A FABEP deveria apoiar “os trabalhadores, estudantes e outras classes do Estado, em toda luta de caráter reivindicativo desde que justas, em toda manifestação de rebeídia pela legalidade democrática e defesa da soberania nacional, pedindo-lhes cobertura para a auto-organização das camadas populares e para as exigências junto ao governo no que tange ao rápido atendimento das reivindicações expostas nos seus Estatutos”.

O critério de filiação à FABEP é o de que as entidades propostas se caracterizem como órgãos reivindicativos de interesses populares e nacionalistas”.²²

Os estatutos estabeleciam ainda que “O Prefeito do Município do Recife, o Governador do Estado e o Presidente da República serão aclamados presidentes de “Honra” da Federação, honraria que lhes será tributada enquanto merecerem a confiança popular”. Dentre as associações que deliberaram pela criação da FABEP e sobre os seus estatutos destacam-se as de Casa Amarela, Torrões, Mangueira, São José/Santo Antônio, Beberibe, Dois Unidos, Linha do Tiro, Pina e Engenho do Meio.

Como se vê, os estatutos revelam muito mais que uma preocupação com a política, eles chegam quase a se constituir em uma plataforma de lutas políticas com semelhanças muito grandes com as posições defendidas pela Frente do Recife e com o próprio PC. Os objetivos da Federação estavam em sintonia com este Partido, que no seu V Congresso decidiu: "As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de ambas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares". Para isso se fazia também necessário:

"O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País (. . .). 23

Há que destacar ainda o avanço na própria concepção do movimento quando já se fala em auto-organização das camadas populares. Até então, a posição predominante destacava o papel do Estado na tarefa de organizar o "povo".

Continua a se fazer presente a questão da terra e da habitação, reivindicação antiga, na proposta de criação da Associação de Foreiros.

Quinzenalmente havia reuniões com os representantes das entidades filia-das e no início de 1964 foram criados vários departamentos na Federação: Cul-tura e Ensino, Engenharia, Jurídico, Médico e Político.

Apesar de, também nas associações, a discussão política fazer-se presente, o mais forte na sua atuação eram as questões locais, do dia a dia, as reivindica-ções por água, luz, etc. Ao passo que na Federação, apesar da presença dessas questões, o que predominava era a preocupação com a "grande política", a arti-culação com outros movimentos.

A FABEP teve sua atuação marcada pelo grande apoio que deu ao gover-no Miguel Arraes. Promoveu, em fevereiro de 1963, "ato público de desagravo a Arraes, que havia sido insultado pelo "entreguista Assis Chateaubriand". 24 Este ato contou com a presença do sindicato dos Portuários, Liga Feminina, CON-SINTRA e diversos políticos. Em março do mesmo ano, é discutido "um plano de apoio às iniciativas governamentais que visem ao bem estar e à melhoria dos interesses da população recifense". 25 Em agosto/63 a Federação envia ofício ao governador "em face das provocações que vêm sendo feitas contra Arraes pelos círculos mais ligados ao IBAD". 26

Já em março de 1964, a FABEP integra o comando geral de greve (greve progressiva decretada pelo CONSINTRA) de apoio ao governo Arraes. Houve igualmente diversos telegramas de apoio à UNE, à CGT e ações de solidariedade à greve dos trabalhadores rurais e nota de apoio a diversas lutas sindicais.

No que se refere às questões reivindicativas locais a FABEP empreendeu luta contra o aumento das passagens de ônibus. Mas, mesmo quando tratavam do dia a dia havia uma preocupação de relacioná-lo a um contexto mais amplo. Assim é que, em uma assembléia para discutir um novo aumento nas tarefas fica decidido o "envio de telegrama a Jango contra a alta do custo de vida e exigindo medidas pelas reformas de base" e que cada Associação faça realizar atos públi-cos contra a alta do custo de vida". 27 Entre outros, fez parte da mesa que presi-diou os trabalhos, o General Sampson Sampaio "que se encontra no Recife em nome da Comissão Organizadora do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba". 28

Em março de 1963 a FABEP participa ativamente do I Diálogo Governo-Povo, por iniciativa do Governo do Estado. Segundo o Secretário Assistente, Antônio Carlos Cintra do Amaral, a finalidade desse encontro era a organização popular tanto para garantir o cumprimento de direitos já assegurados, como para conquistar novos direitos. Objetivava-se também “tomar posição em torno dos problemas nacionais (. . .) tudo fazendo para que as reformas de base sejam levadas à prática” (. . .) Por isso, o governo vem ao povo e pede ao povo que lhe indique o caminho a seguir. Com isto, *estamos mostrando ao povo que o governo atual está disposto a dar oportunidade as massas de tomarem consciência das suas necessidades (. . .)*” (grifos nossos). 29

Do depoimento acima se depreende que a participação era encarada, senão pelo governo mas pelo menos por algumas pessoas com cargos importantes, quase como uma concessão do Estado. Ao que parece, o caminho, pelo menos em suas linhas gerais, já estava traçado (reformas de base etc.). Buscava-se, mais, a melhor forma de dar respaldo popular a essas lutas.

Como preparação para o I Diálogo Governo-Povo houve cinco dias de reuniões em separado, com a FABEP; com os sindicatos rurais; com as associações de bairro, ligas urbanas e sociedades beneficentes; com as entidades estudantis e por fim com os sindicatos urbanos.

O I Diálogo Governo-Povo contou com a presença de cerca de 200 entidades, que entregaram memoriais de reivindicações diversas tais como a Reforma Agrária, aplicação da lei de remessa de lucros, participação nas organizações estaduais etc.

Uma das principais iniciativas da FABEP foi o I Encontro de Associações de Bairro, o que resultou em uma Carta de Reivindicações ao Prefeito Pelópidas Silveira e ao Governador Miguel Arraes, onde são abordadas questões atinentes a: saúde, abastecimento de gêneros alimentícios, água, transporte, saneamento e habitação. Houve também várias reivindicações no sentido de uma maior participação popular nas decisões políticas. No âmbito estadual eram reclamados:

- “Maior entendimento entre o governo e as organizações populares”
- Audiências semanais com essas organizações
- “Criação de um conselho Estadual”, com representantes das associações cujo objetivo era participar do estudo e das soluções dos problemas gerais do Estado.

No âmbito municipal as reivindicações eram no sentido de:

- Criar um Conselho das Associações de Bairro, sob a Presidência do Prefeito ou do Secretário de Administração. “Esse contato dará oportunidade a uma troca de informações entre a administração e os órgãos de liderança popular dos bairros. Proporcionará conhecimento dos planos administrativos, o seu processamento e execução nos bairros”.

- Introduzir um representante da FABEP das comissões de Planejamento da Prefeitura “pois os planejamentos tem sido realizados sem o conhecimento das condições locais onde serão aplicados. São planos feitos de cima para baixo”. 30

Essas reivindicações demonstram uma preocupação mais aprofundada no que diz respeito à participação popular e à ampliação dessa participação, notan-

do-se inclusive uma certa postura crítica em relação à elaboração e execução do planejamento urbano.

As reclamações contidas na Carta de Reivindicações do I Encontro de Associações de Bairro são discutidas e respondidas em um encontro entre autoridades municipais (Pelópidas e secretariado) e associações, em março/64. O Prefeito do Recife recomenda que “Não paguem foro a ninguém” e coloca a assessoria jurídica da Prefeitura à disposição dos inquilinos e proprietários pobres para que estes “possam enfrentar a exploração desalmada dos latifundiários urbanos”.³¹ Nesse encontro, atendendo às reivindicações das associações, o prefeito anuncia o envio à Câmara dos Vereadores de mensagens criando o Conselho das Associações de Bairro e “modificando a lei que disciplina o Conselho de Planejamento do município, de modo que este órgão passasse a ter um representante da Federação das Associações de Bairro. Cerca de sessenta associações estiveram presentes ao encontro, que deveria ter continuidade no dia 04/04/64.

Os debates que ocorreram entre autoridades municipais e associações, bem como seus resultados, demonstram um avanço no processo de participação popular, processo este que foi interrompido com o golpe militar de 1964.

União dos Bairros do Recife (UBR): A Reação Organizada.

A União dos Bairros do Recife – UBR – é fundada a 21 de abril de 1962.

Nesse período as atividades das associações de moradores estavam em expansão. Há que lembrar também a conjuntura política da época, com Miguel Arraes – que estimulava as associações – como candidato ao governo do Estado, enquanto o governador Cid Sampaio, já rompido com Arraes, apoiava a candidatura João Cleofas. Nesse mesmo ano (janeiro/62), havia ocorrido o rompimento entre Cid e o PC. Anteriormente o governador já havia criado a Assessoria Sindical, ligada à Secretária Assistente, com o objetivo de neutralizar a influência do PC sobre os sindicatos. Em relação às associações de bairro a estratégia foi a mesma: criar outras organizações nos bairros objetivando neutralizar a influência da esquerda, principalmente do PC, que naquele momento era forte entre os sindicatos e associações. Rompido com a Frente, Cid Sampaio buscava então montar um “esquema político independente”.³² Nesse contexto é que ocorre o estímulo à criação da UBR e das Uniões dos Moradores.

De acordo com os estatutos da UBR competia à União dos Moradores:

- “Batalhar pelo progresso do bairro onde se acha localizada”
- “Estimular por todos os meios o civismo e amor pelas coisas brasileiras e, em particular, pelo Recife”
- “Manter um departamento de beneficência destinado a amparar os sócios filiados”
- “Colaborar com os poderes públicos na solução dos problemas do bairro”.
- “Despertar nas crianças do bairro o espírito associativo e cívico organizando-as em grupos de soldadinhos do bairro”

– “Arregimentar jovens de 15 a 18 anos, residentes no bairro (. . .) em equipe, sob a denominação de “legionários”, a fim de realizarem campanhas de assistência social (. . .)”

– “Remeter ao presidente da UBR cópia do expediente: atas, balancetes, assim como participar sobre documentos expedidos ou recebidos”

– “Receber e aplicar valores que lhes sejam destinados pela UBR prestando conta de sua aplicação à presidência da UNIÃO”.

No seu parágrafo único, este mesmo artigo estabelecia que “será eliminado do quadro social da UBR o sócio que se tornar prejudicial as suas atividades”.

A diretoria da União dos Bairros do Recife era composta por Severino Barbosa – Presidente (jornalista); Carlos Paes Barreto – Secretário (radialista) e Nilton Teixeira de Melo – Tesoureiro (comerciante).

Na verdade os estatutos regulam a vida das Uniões dos Moradores instaladas em alguns bairros e não a da União dos Bairros em si. Ao contrário da Federação, onde os associados eram as entidades, na UBR podiam ser associadas as pessoas individualmente (. . .) residentes nos respectivos bairros onde estiverem situados e funcionando com uma diretoria escolhida entre os sócios locais pela maioria dos referidos sócios e nomeada pelo presidente (Artigo 15).

A UBR não tinha sede e seus estatutos deixam clara a intenção de controlar as organizações instaladas no bairro. Na verdade a atuação da UBR estava centrada na figura do seu presidente, Severino Barbosa, ligado a Cid Sampaio. Esse jornalista era um “coordenador de tudo” segundo ele mesmo se define. A orientação dirigida às Uniões emanava dele.

Desde meados da década de cinquenta que Severino Barbosa mantinha um programa diário de Rádio, intitulado “Dramas da Cidade”, onde eram abordados os problemas dos bairros recifenses, como os alagados, o lixo e a falta de escolas. A partir desse programa, “como nós começamos a sentir o interesse público, aí eu achei que deveríamos organizar. Já existia antes, já tava sendo organizado no Recife essa questão das associações de bairro (. . .)” que “tinham cunho marxista-leninista, idealistas, essas coisas. Essa gente comunista não faz nada sem ter um objetivo, embora o que eles estavam fazendo, ideologicamente ou não, servia também à população (. . .). Então nós partimos para organizar por nossa própria conta, sem olhar as associações de bairro como modelo. Nós partimos prá organizar de acordo com a opinião de alguns amigos nossos que moravam nesses bairros e nos diziam quais os problemas. Aí nós marcávamos através do rádio as reuniões. Tudo isso surgia espontaneamente” (Severino Barbosa – S.B.).

Como associados “só não queríamos aquele que fosse prá lá provocar desordem e nem que viesse com problema de natureza política ou ideológica ou religiosa prá provocar confusão”. Comunista ou considerado como tal podia associar-se desde que não discutisse as orientações gerais da UBR. Entretanto, “apenas aceitávamos como norma que se praticasse o cristianismo”.

Entre as primeiras preocupações das Uniões, segundo depoimentos, estava a aquisição de um crucifixo e de uma bandeira do Brasil, já que eram considerados primordiais o “respeito à nação” e o “respeito a Deus”.

O controle exercido pela União dos Bairros sobre as Uniões dos Moradores era enorme, fato esse evidenciado desde a escolha das diretorias; “o pessoal

apontava dois, três [nomes] e a gente escolhia um (. . .), não tinha esse negócio de voto, escolhia verbalmente". Além disso "qualquer elemento suspeito a gente substituína na diretoria". Não possuíam pois essas entidades nenhuma autonomia, a cada mês os seus diretores se reuniam na casa de Severino Barbosa para prestarem conta do que havia sido feito e para receber novas orientações. Mais do que essas reuniões, havia também "o meu controle através do rádio, o que eu dissesse era resolvido" (S.B.).

O controle na admissão de sócios buscava basicamente impedir a entrada de comunistas ou apenas suspeitos de o serem. Esse controle ideológico era evidenciado desde o estatuto da UBR já citado, até os estatutos de cada União dos Moradores. Como exemplo temos o documento de constituição da União dos Moradores do Jardim São Paulo que afirma textualmente: "É vedado discussões que venham ferir a sensibilidade de qualquer associado ou pessoa presente à sessão, no que diz respeito a credo religioso, raça e *ideologia contrária a constituição federal em vigor*". (Grifos nossos).³³

As "Unições" mais atuantes eram as da Mustardinha, Bonji, Pacheco, Pina, Afogados e Alto dos Coqueiros. Os seus móveis de luta eram a construção de escolas e questões relativas à higiene, embora realizasse atividades para conseguir caixões de defunto e vestidos de noiva para algumas associadas. Para as campanhas de higiene eram destacadas as "legionárias", moças entre 12 e 18 anos, que possuíam fardamento aos moldes das bandeirantes.

Em que pese a sua orientação ser de direita ("Eu não digo que fosse exatamente um movimento de orientação anticomunista, mas um movimento popular". (S.B.), a UBR não agradava aos vereadores, embora a reação fosse bem menor do que a causada pelas associações. E não agradava justamente pela criação das Unições nos bairros já que os vereadores faziam questão de ser, eles próprios, os mentores e portadores de algumas das reivindicações da população. Em nível de discurso as Unições não permitiam a discussão de problemas políticos. Dessa forma "Enquanto eles [os vereadores] viam que a coisa era insignificante eles me deixavam fazer, até ajudavam, mas quando viram que a coisa ia tomando força, posição, prestígio, que o povo realmente tava se organizando e aquilo ia constituir até uma força eleitoral, aí eles começaram a abrir os olhos das autoridades, dizendo inclusive que nós estávamos fazendo um trabalho subversivo". (Severino Barbosa.)

O relacionamento com o Governador Miguel Arraes não foi dos melhores porque, segundo Severino Barbosa, no governo dele "a prioridade era mais pro lado das associações de moradores, aí nós ficávamos sem muita oportunidade. Nós tivemos mais oportunidade com Cid Sampaio".

Mas a criação da UBR e das Unições dos Moradores despertou a reação das associações de bairro e jornais como Última Hora e A Hora (órgão ligado ao PC) que passaram a fazer acusações a essas entidades. Em notícia intitulada "Espoletas em Ação nos Bairros" há a afirmação de que os objetivos da UBR são "dividir, provocar e dificultar que o povo e os trabalhadores tomem consciência de seus problemas e se organizem para solucioná-los". Afirma ainda que a UBR é uma forma de Cid Sampaio "se imiscuir nos problemas da municipalidade" contando para isso "com dois elementos importantes: os dólares do Ponto IV,

da “Aliança para o Progresso”, dos “Alimentos para a Paz” (. . .) e os “espoletas”, elementos que se prestam ao trabalho demagógico para manter o povo dividido, enganado e espoliado”. A matéria cita nominalmente Severino Barbosa como sendo um “espoleta”. Vários militantes do movimento de bairro e dirigentes locais do PCB sustentam, ainda hoje que esse jornalista era ligado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. O fato é que ele era muito ligado a Cid Sampaio, cujas ligações com esse órgão são hoje evidentes.³⁴ Além disso o depoimento de Severino Barbosa, tentando desmentir, acabam quase por confirmar tal acusação. Em resposta às acusações do PC diz: “Eles sempre gostam de desacatar o adversário”. Indaga: “E eles, recebiam ajuda de onde? Afirma ainda que não existia “absolutamente nenhuma” ligação com o IBAD, mas completa: “Agora, é claro que eu não podia fazer tudo sem dinheiro. Mas o dinheiro vinha do pessoal [comerciantes e alguns deputados, segundo o depoimento] (. . .) *confesso que eu não sei o que é o IBAD*. Sinceramente, não existe documento nenhum que prove que eu recebi dinheiro dessa gente. Aliás eu também não condenaria. Eu conheci muita gente fina que recebeu dinheiro do *IBAD, que era uma instituição financiada por homens de negócios para combater o comunismo*. [Grifos nossos]. Eu era adido à campanha dele [de João Cleofas ao governo do Estado] como jornalista, por isso falavam que eu era do IBAD, porque a turma que apoiava João Cleofas, quase todos, ganharam dinheiro do IBAD”.

Ainda sobre os apoios externos: “Uma vez, no tempo da Aliança para o Progresso (. . .), desembarcaram um navio americano com caixotes de restos de pano, retalhos de fazenda, enlatados e o cônsul nos procurou através do adido cultural. Ele disse: “seu Severino, o senhor está desenvolvendo um trabalho comunitário (. . .), nós queremos ajudar. Eu disse: perfeitamente. (. . .) daí disseram que a gente recebia ajuda diretamente dos Estados Unidos. Ah! como era bom se eu recebesse em dólar para resolver meus problemas (. . .) tinha gente que pensava que eu era agente da CIA, FBI (. . .) *A nossa amizade era profissional* [grifos nossos], eu era jornalista. (. . .) eles colaboravam às vezes”.

Ainda Severino Barbosa: “Nós éramos mais fiscalizados pelos americanos que pelos próprios brasileiros. Tudo aquilo que nós fazíamos (. . .) eles fotografavam (. . .), me davam uma cópia (. . .). Não era reunião secreta, era tudo aberto. Filmava, fotografava e tudo aquilo era documentado e mandado lá prá Embaixada. Não tinha ninguém da Rússia fiscalizando, apesar de dizerem que nós éramos anticomunistas. (. . .) Uma vez eu tive uma conversa informal com o cônsul [dos EUA]. Ele queria saber o objetivo, qual era o movimento de comunidade que tavã crescendo né? (. . .) e eu disse honestamente o que a gente queria. Eu queria que a gente vivesse com dignidade, não queria política nem ideologia”.

O acirramento dos conflitos e contradições existentes entre os vários grupos sociais, muito presente nesse período, é também perceptível, embora em proporções modestas, no movimento de bairro. Um exemplo disso foram os fatos ocorridos no início de 1964. No Alto dos Coqueiros (Beberibe), que na visão de Severino Barbosa era uma “área muito infestada desses rebeldes que queriam virar a mesa, fazendo aqui Cuba da noite para o dia”, existia uma União dos Moradores e o seu presidente, com o apoio de outros membros da diretoria e alguns moradores da área, resolveu transformar a União em Associação de Bair-

ro. Não seria uma mera troca de nomes já que a denominação identificava a orientação predominante: as associações eram pró-Arraes. A reação da União dos Bairros do Recife, leia-se Severino Barbosa, foi imediata: “(. . .) vamos empossar uma nova diretoria, tirar os pedaços podres da diretoria e botar gente sadia e decente”. (S.B.)

De acordo com o relato desse jornalista foi planejada uma reunião para “depurar” a diretoria, onde “os comunistas não tiveram coragem de aparecer” embora o presidente da UBR julgasse que pretendessem isso. Daí, auxiliado por um oficial da Marinha reformado e um comissário de polícia, que conseguiram armas e “voluntários”, foram todos armados prá lá”. A disputa pela liderança nas áreas estava sendo exacerbada.

A avaliação feita pelo presidente da UBR da atuação das associações de bairro demonstra a visão que a direita tinha acerca dos movimentos sociais: “(. . .) elas, as associações, não tinham aparentemente caráter de revolução. Mas elas faziam isso. É claro que eles não iam perder a oportunidade (. . .)”. Não considerava o PC hegemônico nas associações, entretanto considerava viável que houvesse uma certa “inspiração” desse partido. A hegemonia do PC, em termos de orientação, era negada com esse argumento definitivo: “não tinha bandeira de foice e martelo, nada disso”.

A UBR E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Embora formalmente e em nível de discurso a UBR não admitisse sequer a discussão política, essa entidade possuía obviamente um caráter político que ficou claro desde a sua fundação e, apesar de o presidente da UBR afirmar não gostar de política, chegou a candidatar-se a deputado estadual nas eleições de 1962 pela coligação PSD — UDN, tendo ficado na suplência.

Além da sua própria candidatura, Severino Barbosa participava do comitê de imprensa e do comitê de comunidade, constituídos em função da candidatura João Cleofas ao governo do Estado. Segundo seu próprio depoimento “a minha função era juntar gente” e para isso as Uniões dos Moradores poderiam mostrar-se úteis. Essa utilidade foi confirmada já no lançamento da candidatura de Cleofas no Teatro Santa Isabel. O convidado para o ato de lançamento era um dos líderes nacionais da UDN e governador de São Paulo: Abreu Sodré, que, por força de outros compromissos, teve que antecipar sua viagem ao Recife, então não havia tempo hábil para propaganda. Dessa forma Severino Barbosa foi encarregado de levar o pessoal das Uniões para a cerimônia, o que foi feito com a arregimentação de moradores do Cais do Areal e dos Coelhoos. “Mas o pessoal não tava ali pra ouvir discurso. (. . .) o pessoal tava a fim de atender um pedido meu, mas não tava querendo ouvir discurso de engratado nenhum”.

As Uniões foram engajadas na campanha de Severino Barbosa mas este não conseguiu o mesmo empenho dos seus companheiros para a candidatura Cleofas pois “não era um candidato popular, apesar de todo dinheiro gasto”. Entretanto, na noite do comício de encerramento da candidatura Cleofas, Severino Barbosa estava no Córrego São Sebastião, em frente à União local, fazendo sua própria campanha, quando foi chamado a ir ao comício (já estaria acertado previamente?) levando consigo os moradores pois lá não havia ninguém.

Esses exemplos são demonstrativos de como as Uniões dos Moradores foram utilizados por Severino Barbosa. Este lançava mão da influência pessoal sobre a população de algumas áreas para mobilizá-la com o intuito de prestar apoio a candidatos seus; não se constituía portanto em uma ação consciente dos moradores. Esse fato está claro em seu próprio discurso: “Todo mundo aí gostava de mim mas era contra Cleofas, o pessoal tava do lado de Arraes”.

Contudo, o golpe de 64 não facilitou a vida das Uniões de Bairro. Não era do interesse do “novo regime” nenhuma forma de organização popular, mesmo aquelas com orientação conservadora, como era o caso da UBR, pois há sempre riscos decorrentes da própria dinâmica do processo, que pode fazê-las fugir do controle estabelecido e desejado. Portanto, também as Uniões pereceram em 1965 com a desistência do seu líder. O movimento era tão centralizado e controlado por ele que não teve pernas próprias para prosseguir. Daí toda a amargura do jornalista: “(. . .) eu me desiludi. Depois de tudo isso que a gente fez, depois dessa revolução instalada aí eu pensei: agora eles vão nos ajudar, nós não somos comunistas, nós não gostamos de comunismo (. . .), mas todo o pleito que nós fizemos foi em vão, (. . .) eles invadiram a sede do MCP. A polícia civil pegou carteira, mesa, estante, material escolar, juntaram tudo num depósito (. . .). Aí eu fui lá: me arranja qualquer coisa aí. — ‘Eu não sei, vou ver, está sob controle’. Eu cheguei até a pedir ao General Murici, que era comandante do IV Exército, (. . .) não arranjaram nada. Eu pensei então: quer saber de uma coisa? Eu estou é fazendo papel de idiota” E o golpe final: “Tiraram meus programas (. . .). Sem o programa do rádio eu não tinha força”. (. . .) então eu fui pressionado, antes pela esquerda que ia me enforcar num poste porque não aceitava o comunismo, e pela direita porque tava denunciando coisas do [interesse] do povo. E eles têm essa mania de dizer que toda vez que o povo protesta tá fazendo comunismo. Mas eu era anticomunista, mas não levaram em conta. (. . .) Eles tinham medo de mim, acham que eu sou um camarada que gosta de falar muito, denunciar os outros, (. . .) me chamavam de espião, agente secreto. . .”

O que vimos acerca da UBR está muito personalizado na figura do jornalista Severino Barbosa, destoando pois do restante do trabalho onde não é destacado, o trabalho individual. Ocorre que não poderia ser de outro modo já que a criação dessa entidade não foi fruto de um movimento e sim de um programa de rádio, todo orientado por esse jornalista, embora agradasse aos grupos conservadores e deles recebesse apoio e, durante algum tempo, estímulo.

O processo de criação da UBR foi o inverso daquele da FABEP pois neste caso as associações já existiam, enquanto aquela organização percorre o caminho contrário, a ela cabendo promover “a criação de entidades locais com a denominação de União dos Moradores”. As decisões eram muito centralizadas e todo o controle das atividades das Uniões era feita pela UBR, ou seja, por Severino Barbosa, que chega a afirmar: “Apesar de não existir o termo federação, mas esse contato direto com eles dava assim um cunho de federação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns estudiosos afirmam que os movimentos sociais urbanos se dirigem contra o Estado.³⁵ Então, o caso de Pernambuco, no período 1955-1964, o movimento representado pelas associações de bairro não se constituiria em um movimento social, já que foi o próprio Estado (agentes locais) que o estimulou? A resposta a esta pergunta deve considerar a especificidade da conjuntura política naquele momento histórico e as forças políticas que se encontravam no bloco de poder. O caráter do Estado continuava capitalista mas, em nível estadual, os governos eram ligados à frente do Recife, com uma orientação nacional-reformista. O movimento das associações fazia parte da luta mais geral pelas reformas sociais. As associações de bairro, em sua maioria, deram apoio às administrações Pelópidas e Arraes. Não havia, nesse caso, uma caracterização do Estado enquanto antagonista, embora a ele estivessem dirigidas as reivindicações.

Apesar de estar claro que as associações não tinham autonomia política, já que a sua ação, no que se refere especialmente aos problemas mais gerais, estava na dependência da política institucional, não se pode deixar de reconhecer o seu lado positivo. Em meio a essas ambigüidades, esse movimento foi importante por ter propiciado, em alguma medida, a participação popular. Problemas locais e gerais eram discutidos, mobilizações por reivindicações diversas eram levadas a efeito e isso deixa algum ganho em termos de conscientização dos problemas, bem como da importância da organização popular.

A ausência de espontaneidade nesses movimentos não tem a contrapartida na sua inautenticidade, pelo menos não necessariamente. Influências externas às organizações populares não são sinônimo de manipulação, embora elas possam ocorrer. Isto não quer dizer que elas devam ser "correias de transmissão" de algum partido político mas um espaço (não o único) de reivindicação, mobilização e organização das classes populares.

Ademais concordamos com Ruth Cardoso quando afirma que "Parece muito simplificador tomar as carências das periferias urbanas como fator capaz de produzir espontaneamente a mobilização para a ação".³⁶ Como também é igualmente simplificador concluir que as associações de moradores surjam espontaneamente das mobilizações. Nem as carências levam por si sós à ação, nem as mobilizações levam naturalmente à organização.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1 SÍNGER, Paul. *Crescimento econômico e evolução urbana*. São Paulo Cia Editora Nacional, 1977, p. 331.
- 2 BEZERRA, Daniel Uchôa C. *Alagados, mocambos e mocambeiros*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco, Imprensa Universitária, 1965.
- 3 Com exceção do depoimento de Severino Barbosa, concedido à autora, os

- demais sem referência bibliográfica são frutos de entrevistas concedidos também a Luciana Jackoud.
- 4 MARANHÃO, Sílvio. In: *Política urbana, planejamento e democracia*. Recife, IAB (PE) e Clube de Engenharia, nov./82, p. 18.
 - 5 CASTELLIS, Manuel. *La question urbana*. México, Siglo Veintiuno.
 - 6 ARRAES, Miguel. In: *Política urbana, planejamento e democracia*. Recife, IAB (PE) e Clube de Engenharia, nov./82, p. 13.
 - 7 Folha do Povo, 5 a 11 de abril de 1959
 - 8 Folha do Povo, 12 a 18 de abril de 1959
 - 9 Idem
 - 10 A Hora, 2 a 08 de fevereiro de 1963
 - 11 Folha do Povo, 12 a 18 de março de 1959
 - 12 Última Hora, Recife, 24 de junho de 1962
 - 13 Diário de Pernambuco, 21.10.55
 - 14 Diário de Pernambuco, 18.04.56
 - 15 Diário de Pernambuco, 18.04.56
 - 16 Nessa época a Câmara Municipal funcionava na Rua da Guia, área de prostituição.
 - 17 Folha da Manhã, 31.05.56
 - 18 Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 6.02.57
 - 19 Diário da Noite, 29.05.1956
 - 20 CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi; da coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Ed. Alfa – Omega, 1978.
 - 21 Última Hora, 9.07.1962.
 - 22 2º Cartório de Títulos e Documentos e A Hora (Recife) 19 a 26 de janeiro de 1963.
 - 23 PCB – Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1960, in: PCB: vinte anos de Política: 1958-1979 (Documentos), São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 39 e 48
 - 24 A Hora, 23 de fevereiro a 1 de março de 1963
 - 25 A Hora, 16 a 22 de março de 1963
 - 26 A Hora, 31 de agosto a 6 de setembro de 1963
 - 27 A Hora, 9 a 15 de fevereiro de 1963
 - 28 A Hora, 9 a 15 de fevereiro de 1963
 - 29 A Hora, 16 a 23 de fevereiro de 1963
 - 30 A Hora, 7 a 13 de dezembro de 1963
 - 31 Última Hora (Recife), 22.03.64
 - 32 SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.
 - 33 2º Cartório de Títulos e Documentos – Livro A. 9 – 893
 - 34 A Hora – “Espoleta” em Ação nos Bairros”, 7 a 13 de julho de 1962, p. 2. Recife.
 - 35 Ver, entre outros, GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Ed. Autores Associados/Cortez Editora, 1978; EVERS, T., MÜLLER – PLANTENBERG, C. e SPESSART, Stefanie. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: *Cida-*

- de, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982 e MOISÉS, J. A. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: *Cidade, povo e poder*, op. cit.
- 36 CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, p. 229.

